

REVISTA

DIÁLOGO EDUCACIONAL

periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional



“Elas não entendem que aqui a realidade é diferente”: os movimentos de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil do lixão

“They don’t understand that here reality is different”: the (re)existence movements of the community primary school within the dump

“Ellas no entienden que aquí la realidad es diferente”: los movimientos de (re)existencia de la escuela comunitaria de educación infantil del basural

Vanessa Silva Bernardes ^[a] 

Osório, RS, Brasil

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Fabiana Mayboroda Gazzotti ^[b] 

Osório, RS, Brasil

Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC)

Leandro Forell ^[c] 

Osório, RS, Brasil

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

^[a] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional (PPGED/UERGS), e-mail: vanessa-bernardes@uergs.edu.br

^[b] Doutora em Ciências do Movimento Humano, e-mail: f.mayboroda@gmail.com

^[c] Doutor em Ciências do Movimento Humano, e-mail: leandro-forell@uergs.edu.br

Como citar: BERNARDES, V. S.; GAZZOTTI, F. M.; FORELL, L. “Elas não entendem que aqui a realidade é diferente”: os movimentos de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil do lixão. *Revista Diálogo Educacional*, v. 24, n. 81, p. 623-643, 2024. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.24.081.DS13>

Resumo

O artigo apresenta memórias de lutas de mulheres, mães catadoras de lixo, em busca da garantia e acesso à educação de seus(as) filhos(as), algo já consagrado na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Objetiva analisar, a partir da Teoria configuracional de Norbert Elias (2018), as redes de interdependência entre as catadoras de lixo, o Poder Público e a iniciativa privada no movimento de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil, localizada em um território que ainda é produzido pelas marcas da desigualdade – o lixão. Metodologicamente, indica-se que a construção de informações está ancorada, fundamentalmente, em uma abordagem qualitativa (Angrosino, 2009), cuja problemática foi se desenhando a partir de uma etnografia (Geertz, 1989). Por meio da análise das memórias das trabalhadoras, conclui-se que a Escola Comunitária de Educação Infantil, e todas as suas especificidades, para além de um espaço constituído para o cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade. Para as trabalhadoras, esse local é entendido como um espaço que se constrói nas redes de interdependências que as cercam na luta pela garantia dos direitos fundamentais de seus(as) filhos(as): proteção, educação e cidadania.

Palavras-chave: Educação infantil. Direito à educação. Lixão. Mães trabalhadoras. Etnografia.

Abstract

The paper presents memories of struggles of women, mothers who are waste pickers, for the education guarantee and access for their children, something already established in the Federal Constitution of 1988 (Brasil, 1988). We aim to analyze, based on Elias's (2018) Configurational Theory, the interdependence networks between the waste pickers, the Public Power and the Private Initiative in the (re)existence movement of the Community Primary School, located within a territory still characterized by the traces of inequality, i.e. the dump. Methodologically, it indicates that the construction of information is grounded, in its foundations, in a qualitative approach (Angrosino, 2009), with the issue unfolding from ethnography (Geertz, 1989). Through the analysis of the workers' memories, we conclude that the Community Primary School and all its specificities, beyond being a space established for the care of children in vulnerable situations, is characterized by the workers as a space produced from the interdependence networks that surround them in the struggle to guarantee fundamental rights for their children: Protection, Education and Citizenship.

Keywords: Primary school. Right to education. Dump. Working mothers. Ethnography.

Resumen

El artículo presenta memorias de luchas de mujeres, madres cartoneras por lograr que sus hijos(as) tengan acceso y derecho a la educación, algo ya consagrado en la Constitución Federal de 1988 (Brasil, 1988). Busca analizar, a partir de la Teoría Configuracional de Elias (2018), las redes de interdependencia entre las cartoneras, el Poder Público y la iniciativa privada en el movimiento de (re)existencia de la Escuela Comunitaria de Educación Infantil, ubicada en un territorio que todavía se produce por las marcas de la desigualdad, el basural. Metodológicamente, se indica que la construcción de informaciones está anclada, en sus fundamentos, en un abordaje cualitativo (Angrosino, 2009) cuya problemática se fue diseñando a partir de una etnografía (Geertz, 1989). A través del análisis de las memorias de las trabajadoras, se concluye que la Escuela Comunitaria de Educación Infantil y todas sus especificidades, más allá de un espacio constituido para cuidar a niños en situación de vulnerabilidad, significa, para las trabajadoras, un espacio que producido en las redes interdependientes que las rodean en la lucha por garantizar derechos fundamentales para sus hijos(as): Protección, Educación y Ciudadanía.

Palabras clave: Educación infantil. Derecho a la educación. Basural. Madres trabajadoras. Etnografía.

Introdução

Durante o ano letivo de 2022, realizamos uma pesquisa etnográfica (Geertz, 1989) na Escola Comunitária de Educação Infantil (ECEI) Cantinho da Esperança Pessi, localizada dentro do Aterro Sanitário Municipal (ASM), representado emicadamente como Lixão, no Litoral Norte Gaúcho, Brasil. A primeira relação com o espaço aconteceu quando um dos autores realizou o estágio da graduação em Pedagogia (2002) e, naquele período, teve a oportunidade de produzir alguns registros, mesmo que de forma inicial. Essas reminiscências narrativas revisitadas no relatório de estágio fundamentam e acionam sentidos singulares ao campo escolhido para pesquisa, um território marcado pela desigualdade, pela pobreza e pela exclusão.

A mistura de cheiros exalando parece revelar o cotidiano e a luta incansável das pessoas para sobreviver. [...] Na trilha que dá acesso ao Lixão, a montanha de dejetos já demonstra um cenário onde o lixo exerce um lugar dominador no cotidiano das famílias. Os urubus sobrevoando, alguns já íntimos com o ambiente, não se assustam com a aproximação dos agentes e das máquinas naquele morro de lixo. Homens e mulheres, na esteira de triagem, interagem com intimidade com os papelões, garrafas de plástico, ferro, entre tantos outros objetos representados por nós [humanos] como lixo. [...] Logo na chegada, uma casinha, uma espécie de escola para as crianças pequenas. Na lateral desta casinha, um grande lago cercado [chorume]. Ainda na entrada, uma balança que realiza a pesagem dos caminhões que chegavam carregados de lixo. Alguns passos à frente desta balança, um grande galpão [onde é realizada a separação do lixo]. [...] Mais para o lado, em direção ao grande lago, estava uma imponente célula de lixo (Relatório de estágio, 2 maio 2002).

Emergiram, desta primeira relação, estranhamentos (Velho, 1978), que seguiram conosco desde então. Sujeitos(as) de uma história constantemente marcada pela adversidade econômica, os(as) catadores(as) de lixo travam uma luta persistente e obstinada na busca de condições básicas de existência. Eles(as) lutam pela vida construindo uma arte de viver do resto, daquilo que outros, também humanos, não querem mais. Vivem eles(as) numa dobra do tecido urbano que fica à parte dos direitos humanos. Ou melhor, a pobreza desmesurada desse segmento da população se desdobra, na maioria das vezes, na ausência de direitos, como o direito à educação de seus(as) filhos(as), algo já preconizado pela legislação brasileira.

Neste cenário, que busca demarcar o direito à educação para os(as) filhos(as) dos(as) catadores(as) de lixo, Pereira (2014), em sua pesquisa etnográfica junto à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São João del-Rei (ASCAS), de São João del-Rei, discutiu as trajetórias escolares dos(as) filhos(as) de catadores(as), apontando os limites e as possibilidades do uso dessa abordagem no contexto brasileiro em face da elevada desigualdade social, tendo, ainda, o objetivo de investigar uma possível consciência política gerada pela organização do grupo como associação, levando-os a desenvolver uma visão diferenciada e atitudes relevantes na educação de seus(as) filhos(as).

Assim, para as camadas populares, a escolarização está diretamente ligada à compreensão de trabalhos que marcam a luta diária pela sobrevivência, pois “[...] seria muito difícil pensar a escola sem considerar as condições de vida desses trabalhadores, as dimensões materiais e simbólicas referentes ao lugar que eles ocupam na sociedade” (Pereira, 2014, p. 18).

¹ Pesquisa etnográfica desenvolvida para o Mestrado Profissional (MP) do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Já Pinheiro e Francischetto (2021) analisaram, por meio da abordagem dialética, o protagonismo exercido pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)² na efetivação dos direitos fundamentais à saúde, à moradia e à educação. Desenvolvendo suas atividades nas ruas ou na modalidade associativa, estes(as) trabalhadores(as) enfrentam diversas dificuldades intrínsecas à sua atividade laborativa, as quais se agravam pelo fato de vivenciarem um contexto de repleta negação de direitos. Nesse contexto, as autoras citam como constituição histórica do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) o congresso realizado no ano de 2005, que teve a presença de 1.050 catadores(as) do Brasil e de diversos países, como Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia. Durante o evento, foram destacadas diversas conquistas pelos(as) trabalhadores(as), as quais haviam sido objeto da Carta de Caxias do Sul, mas também reafirmaram outras que ainda faziam parte das lutas do grupo, tais como:

[...]3. Avançar no processo permanente de formação e capacitação, garantindo maior autonomia nas lutas e maior capacidade para conquistar políticas públicas e novas leis que realizem nossos direitos;

[...] 5. Avançar na conquista de educação de qualidade para os filhos dos Catadores/as, de modo especial para que possam ficar em creches e escolas de tempo integral, para que não tenham que andar com os pais no trabalho de coleta e da reciclagem (MNCR, 2018 *apud* Pinheiro; Francischetto, 2021, p. 260).

A partir dos excertos transcritos, nota-se os contornos das lutas dos(as) catadores(as), especialmente quando reafirmam em suas lutas a garantia do acesso à educação de qualidade e pela permanência de seus(as) filhos(as). Nesse contexto, destacam a importância de considerar todas as especificidades relacionadas à territorialidade do lixão, buscando creches e escolas de tempo integral perante o Poder Público, na tentativa de efetivação de seus direitos como cidadãos brasileiros, já previstos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Além disso, ressaltam a necessidade de atenção às demandas que ainda prescindem de previsão nas políticas para o atendimento das especificidades das catadoras, em razão da falta de um reconhecimento mais amplo da categoria.

O estudo que realizamos no Aterro Sanitário Municipal, território que traz impregnadas as marcas da desigualdade e da exclusão, nos fez percorrer um caminho vivencial e intelectual pelo qual as lutas das mães catadoras podem ser traduzidas nas memórias das catadoras “dona” Luci e Ângela³: “a nossa história dá para escrever um livro” (Diário de campo, 21 abr. 2022). A frase anuncia e produz os efeitos sociais de todos que ali vivem e convivem, ao passo que redesenha os seus modos de ser e viver da comunidade, que se organiza a partir da constituição da Associação de Catadores junto ao aterro sanitário até a construção da Escola Comunitária de Educação Infantil. A afirmação das catadoras é produzida logo no início do trabalho de campo, quando, nas visitas iniciais à escola, sentimos a necessidade de construir relações e vínculos com as trabalhadoras e, na eminência de acessá-las,

² O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2018, p. 2) é um movimento social que “[...] surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras”.

³ A pesquisa seguiu os preceitos éticos e metodológicos para a produção de informações e a obtenção do consentimento dos informantes da pesquisa, preconizados na Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012) e na Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016 (Brasil, 2016). Para garantir o anonimato dos informantes, trabalhadoras do Aterro Sanitário Municipal (ASM) e profissionais da educação, optamos por nomes fictícios. Informamos que a referida pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 64734322.0.0000.8091.

procuramos a presidente da Associação de Catadores para agendar um momento no intuito de conversarmos e de conhecer suas histórias.

Desse modo, para melhor explicitar as vivências, as particularidades e a indissociabilidade do espaço social – o Aterro Sanitário Municipal e a Escola Comunitária de Educação Infantil –, apresentamos o recorte das memórias emergidas da interação junto aos(as) trabalhadores(as) da Associação de Agentes Econômicos Ecológicos (ASAGEE)⁴, em um relato do percurso descrito no diário de campo. É importante salientar, também, que nos apoiamos no conceito de memória de Halbwachs (1990), o qual nos apresenta que nossas memórias são coletivas, pois o indivíduo é inserido e constituído por grupos.

Logo, as tramas constituídas no campo empírico e narradas pelas trabalhadoras frente a um quadro de confiabilidade, levaram-nos para um lugar desconhecido, que nos permitiu “estar com”, em uma atitude de cuidado frente à superficialidade das primeiras impressões e a um modo de consciência que exige, de nós, uma forma participativa que ultrapassa a linha imaginária do “falar sobre” – uma coisa ou pessoa – muito além disso, potencializa o estar de modo completo, atento e descentrado (Vasconcelos, 2000).

As tensões, as incertezas e as ambiguidades desencadeadas a partir das memórias narradas⁵ de “dona” Luci e de Ângela, são tomadas como propulsoras diante da conscientização, dos constrangimentos, dos limites e das vulnerabilidades aos quais estou suscetível como pesquisadora.

Luci: Como aconteceu, bah! Foi em noventa e nove [referindo-se ao ano de 1999], se não me engano. Daí chegaram lá em casa e me perguntaram assim, vou começar por mim, né? Chegaram lá em casa assim: “Luci, vamos trabalhar lá com nós?” “Aonde...?” E, eu tinha só oito crianças pequenas, né? Daí, bah! Onde? “Lá em Arroio Teixeira” [Arroio Teixeira é o distrito mais próximo da Estrada da Laguna, onde atualmente está localizado o Aterro Sanitário, a 15 km da sede do município onde residem]. Ah, mas nem sabia onde é que era, né? Daí eu disse tah! [como quem diz “vamos porque eu preciso trabalhar para sustentar oito crianças pequenas”] (Diário de campo, 21 abr. 2022).

Nesse recorte de tempo, em que as cooperativas encontravam dificuldades em se estabelecer e cumprir com suas obrigações com os(as) catadores(as) de lixo, aparece, na vida desses(as) trabalhadores(as), um projeto de associação elaborado a partir da iniciativa de uma bióloga, servidora da Prefeitura de Capão da Canoa. “Dona” Luci relata que a bióloga⁶ “ainda não estava atuando aqui dentro, mas estava na Prefeitura. Quando deu esse problema assim, sabe, nós ficamos três meses sem receber, daí eles vupt com o dinheiro [...] tu lembra desta história, né, Ângela?” (Diário de campo, 21 abr. 2022). Percebemos que cada memória sobre a constituição da Associação vinha acompanhada de um longo sorriso por parte das trabalhadoras: “**Luci:** a bióloga apareceu e fez a Associação, foi onde melhorou a Associação” (Diário de campo, 21 abr. 2022). A ideia de constituição da Associação de Agentes Econômicos Ecológicos veio acompanhada de outros parceiros, “**Luci:** a bióloga, dos Vereadores, da Prefeitura, da empresa de contabilidade [...] que está com nós desde 2000, tudo a partir de lá” (Diário de campo, 21 abr. 2022). Assim, o entrelace dessas lutas foi se constituindo, ao longo dos anos, por muitas e diferentes situações. Encontramos as tessituras evidenciadas nas narrativas das trabalhadoras Luci e

⁴ A sede da Associação fica localizada dentro da área territorial do Aterro Sanitário Municipal de Capão da Canoa.

⁵ As narrativas passaram por adequação linguística para não expor os sujeitos envolvidos na investigação. Porém, conservamos a forma coloquial e típica dos gaúchos de reflexão dos verbos, exemplificando: *tu vai* ao invés da forma culta *tu vais*.

⁶ No caso específico da bióloga, optamos por não fazer menção ao nome, pois, no tempo do campo, não tivemos interação com a profissional do Poder Público Municipal.

Ângela, à medida que fomos nos envolvendo e conhecendo mais e melhor as trabalhadoras, de modo que elas, a partir desta convivência inicial, também nos davam os indícios de acesso para a interação com os demais atores sociais. As informações anunciavam outras perspectivas para os(as) catadores(as) de lixo no momento em que foi criada a Associação, em 2000.

Luci: Nós tínhamos este servicinho aqui para não passar fome. Para aquelas mães que não pagavam aluguel, para aquelas mães que não pagavam babá, não passavam fome! Mas aquela mãe que pagava aluguel e pagava babá, passava fome e muitas saíam daqui e iam puxar na rua, e levavam os filhos junto. Ah, nós passamos muito trabalho [...]. Até que um certo dia, eu nunca queria, eu ficava e já dizia, já me avisa, eu não quero, vou ficar no caminhão, eu gostava de ficar no caminhão, né?! Daí, até que um certo dia eu aceitei. Agora faz quatorze anos que eu estou na frente, né?! (Diário de campo, 21 abr. 2022).

Aquele momento envolvendo o diálogo com as agentes e que nos foi permitido andar e olhar as pessoas trabalhando em meio ao contingente de lixo que chegava a todo instante, define os contornos e os lugares de cada um dentro da configuração organizada pela Associação. Comumente, o lixo e suas representações, naquele contexto, para aquelas trabalhadoras, são elementos indispensáveis. Diz Luci:

Luci: Daí eu digo assim, quando eu me aposentar eu vou ficar em casa e a bióloga disse assim: “Tu não vai ficar em casa, tu vem para cá! Não precisa nem tu te estressar, tu vem para cá!”. Não fico em casa mesmo, estou acostumada a trabalhar. E, olha, eu criei meus filhos aqui?

[...]

Depois que passou aqueles problemas tudo, a bióloga chegou e colocou ordem na casa, né? A gente nunca mais precisou ficar mendigando pão, sabe? Nós não temos tudo do bom e do melhor, né, mas o feijão, o arroz, uma massa, um ovo [Ângela concorda]. A gente comeu bastante carne no tempo do Lula [risadas], agora está mais difícil, como é que é, quando não é galinha é ovo [risadas]. Comer carne na Sexta-feira Santa não é mais pecado, né, Ângela? É milagre [risadas]. Então até hoje, né, a gente não ganha tão pouco, né, claro que abaixou, na época que a gente ganhou bem mais, né, foi no tempo do covid (Diário de campo, 21 abr. 2022).

As andanças por um território marcado pela luta em superar as desigualdades e a pobreza, somando-se os entrelaces dos estranhamentos, das memórias e das narrativas construídas junto às catadoras enquanto trabalhavam na esteira de lixo, serão apresentadas neste texto, que objetiva, a partir da Teoria Configuracional de Norbert Elias (2018), analisar as redes de interdependência entre as catadoras de lixo, o Poder Público Municipal e a iniciativa privada no movimento de direito à educação e de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil, localizada em um território que ainda é produzido pelas marcas da desigualdade – o lixão.

Com base na discussão inicial apresentada, convém esclarecer que o artigo está organizado em quatro seções. Na primeira seção, destacamos o território do lixão, impregnado das memórias de lutas das trabalhadoras pelo acesso e permanência à educação de qualidade para seus(as) filhos(as). Na segunda seção, especificamos os percursos metodológicos para a produção de informações da pesquisa. Na terceira seção, em diálogo com a Teoria Configuracional de Norbert Elias (2018), buscamos traçar as redes de interdependência no movimento de lutas de mães catadoras de lixo pelo direito à educação e de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi. Por fim, na quarta seção, retomamos o objetivo proposto para o artigo e enfatizamos a luta das trabalhadoras para manter a estrutura educacional e, sobretudo, pela garantia do direito à educação às crianças que vivem

neste território – o lixão –, marcado por estigmas, desigualdade e, singularmente, por suas especificidades.

Metodologia para “saber ver, saber estar com e saber escrever” no território com os(as) catadores(as) de lixo

Dado o objetivo proposto, qual seja o de analisar as redes de interdependências entre as catadoras de lixo, o Poder Público Municipal e a iniciativa Privada no movimento de direito à educação e de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil, indicamos que este estudo se ancora, em seus fundamentos, em uma abordagem qualitativa (Angrosino, 2009), cuja problemática foi se desenhando a partir de uma etnografia (Geertz, 1989).

Assim como Angrosino (2009), entendemos, acima de tudo, que, com uma pesquisa qualitativa, não buscamos meramente enumerar ou medir eventos; antes disso, nossa ideia foi partir das informações cuidadosa e densamente (Geertz, 1989) descritas, de modo a compreender como se expressam os sentidos dos fenômenos e dos artefatos sociais (Angrosino, 2009). Pontualmente, conforme Geertz (1989), a descrição densa não significa descrever as minúcias ou os detalhes de um fato, essa é somente a primeira etapa ou condição da sua realização, situar essa descrição na teia simbólica em que o fato se inscreve. Justamente por isso, para tornar a descrição densa, é preciso interpretar (ou traduzir) o significado que as ações ou os eventos acionados pelos atores sociais no campo da pesquisa têm para eles próprios, assim como enunciar o que esse significado informa sobre a cultura à qual se referem.

Portanto, é importante estabelecer uma ligação que vai do nível microscópico, em que a ação é pormenorizadamente descrita e registrada pelo investigador etnógrafo, ao nível mais amplo, de onde a ação ao mesmo tempo partiu (pois tem por referência um mundo de significados compartilhados – as culturas infantis) e onde ela volta a se realocar (re)produzindo ou (re)construindo esse compartilhamento ou essas culturas (Geertz, 1989). Para Winkin (1998, p. 132), é por meio da intencionalidade destas três competências – “saber ver, saber estar com e saber escrever” –, que buscamos compreender os significados das ações dos sujeitos, assim como entender os códigos socialmente estabelecidos pelas sociedades ou indivíduos estudados (Geertz, 1989).

Para melhor explicar, a entrada no campo ocorreu no dia 10 de março de 2022, e a saída do campo no dia 22 de dezembro de 2022. As visitas ocorreram semanalmente, inicialmente duas vezes na semana, em dias e turnos alternados. Contudo, com o passar dos dias e as informações emergindo do campo, foi necessário reorganizar as visitas, permanecendo por mais horas e menos dias durante a semana.

Foram realizadas, no período de 9 meses, 46 visitas ao campo, completando 268 horas de interação com as trabalhadoras do Aterro Sanitário Municipal e constituindo 46 diários de campo. Cabe deslindar que, em um primeiro momento, o nosso envolvimento se deu na constituição de vínculos com a comunidade de trabalhadores(as). Compreendemos esse desdobramento como importante, no sentido de que a entrada em campo depende de um bom processo de negociação.

“Foi ali que começou a escolinha”: a (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil e suas interdependências

A Escola Comunitária de Educação Infantil, lócus da pesquisa, obteve o credenciamento e a autorização de funcionamento em 15 de dezembro de 2008, constituindo-se a partir da necessidade de

um grupo de catadores(as) de lixo, que tinham na coleta de lixo reciclável sua única fonte de renda. Dentre os(as) catadores(as) associados(as), de forma específica, destaca-se o número bastante expressivo de mulheres, que necessitam desta fonte de renda para manter e subsidiar suas famílias. Outro ponto comum diz respeito à distância das moradias destas famílias e o lugar de trabalho – o que, por vezes, demandou a terceirização dos cuidados de seus(as) filhos(as) para vizinhos ou mesmo para os(as) irmãos(as), sendo estes(as), em sua maioria, menores. Nesse território, Paixão (2005) fornece informações sobre o trabalho de mulheres catadoras no lixão e os arranjos familiares em que vivem, os quais se assemelham muito à realidade vivida pelas mães trabalhadoras do Aterro Sanitário Municipal e que ao longo deste texto é reverberada na luta pela (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil.

As catadoras assumem a função de mantenedoras do grupo familiar sem dispensarem-se de suas responsabilidades como cuidadoras. São mães, donas de casa e trabalhadoras. Tripla função que torna o seu cotidiano atribulado. Os horários no lixão são flexíveis, mas estendem-se ao longo do dia. Muitas começam cedo, por volta das 6h30, e vão até o final do dia, em torno de 18 horas ou 20 horas; outras vão das 10 horas às 17 horas. Há ainda uma que às vezes trabalha à noite. [...]. Também há catadoras que interrompem suas atividades para dar almoço aos filhos que chegam da escola. É curioso o modo pelo qual falam do dia de descanso – o domingo: “Domingo, eu descanso” (Paixão, 2005, p. 149).

Os pontos elencados são enfatizados por meio das memórias das catadoras Luci e Ângela, que evidenciam as minúcias de um drama que vai além das necessidades de mães trabalhadoras.

Luci: Eu acho que me lembro um pouco [neste momento chegaram umas das catadoras filhas da Luci], que eu me lembro foi assim, tudo começou com a servidora da prefeitura... Tinha algumas mães que naquele tempo pagavam noventa reais por crianças [Angelita neste momento interfere a fala de Luci].

Ângela: Eu a pagava [a cuidadora], pagava trezentos reais mais um cesto básico para cuidar de dois [dos seus filhos] (Diário de campo, 21 abr. 2022).

Por meio das relações e dos significados constituídos e evidenciados nas memórias de Luci e Ângela, são expostos os modos como as trabalhadoras vão se agrupando e formando uma rede de figurações. Para Elias (2006, p. 26), “os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas”, neste caso, destaca-se a configuração das trabalhadoras, conforme evidenciado no excerto acima. Nesse ínterim, a configuração das trabalhadoras começa a ganhar novos contornos, vejamos:

Luci: Então, eu também tinha um neto. Tava criando meu neto. Agora em agosto ele faz dezoito anos. Na época, ela tinha quatro/cinco anos. A servidora da prefeitura desde 2000 [ano] está em nossas vidas [sentimento de amparo]. Um dia ela esteve aqui e nos falou: “Olha só, parece que tem uma empresa que quer doar uma escolinha, o que tu acha?” Na hora, eu respondi a ela: “Maravilha, que bênção!”. Então, este senhor, veio aqui e nos perguntou o que seria mais importante para a associação, e o servidor da prefeitura ao meu lado. Eu falei: “Para nós – já havia combinado com ele –, para nós, uma escolinha para os filhos das mães que trabalham conosco. Porque muitas delas precisam pagar babá e muitas vezes elas acabam abandonando o serviço porque não consegui pagar a babá e a babá desistiu”. Foi ali que começou a escolinha (Diário de campo, 21 abr. 2022).

Percebe-se, na narrativa da trabalhadora Luci, que no momento em que é sinalizada a construção de um espaço de atendimentos às crianças, filhos(as) das trabalhadoras do Aterro Sanitário Municipal, iniciava-se também novas relações, inserindo na rede o Poder Público e a iniciativa privada. Desse modo, uma nova figuração era estabelecida. Para Elias (2011, p. 38):

A modificação das figurações humanas liga-se estreitamente à possibilidade de transmitir as experiências de determinadas gerações, como um saber social adquirido. Essa acumulação social contínua do saber contribui para a modificação da convivência humana e para que se alterem as figurações formadas pelos homens. Mas a continuidade da acumulação de saber e de sua transmissão pode ser rompida. O aumento do saber não leva a nenhuma modificação genética do gênero humano. Experiências adquiridas socialmente podem ser perdidas.

Nesse contexto, em que é marcada a luta pela garantia de direitos fundamentais, como o ingresso no mundo do trabalho e o acesso e a permanência de uma educação de qualidade para os(as) filhos(as) das trabalhadoras, Carvalho (2006, p. 124) ressalta que as creches surgiram com o objetivo de melhorar a qualidade do ambiente das crianças, principalmente filhos(as) de trabalhadores(as) fabris, uma vez que “havia uma concepção de que a família seria, de certa forma, ‘incapaz’ de administrar a educação de sua prole”. Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) (Brasil, 2013), o atendimento à infância foi durante muito tempo dividido para as crianças pobres e as crianças em situação econômica favorável, sendo o primeiro ligado à assistência e o outro em diálogo com as práticas educacionais. Estamos aqui nos referindo à luta de trabalhadoras, que teve seu início há 16 anos – a contar da autorização de seu funcionamento pelo Conselho Municipal de Educação (CME) – e que, no diálogo com Carvalho (2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) (Brasil, 2013), mostram-se como uma demanda bastante atual.

Prosseguindo, a partir do conhecimento da necessidade de acolhimento destas crianças pequenas e, por consequência, da destinação de um espaço para a implantação de uma creche, em abril de 2007, insere-se a rede, quando uma empresa de empreendimentos imobiliários manifestou sua intenção e comprometeu-se com a construção de um prédio de alvenaria com área de 145,76 m² para o atendimento do cuidado e educação as crianças, filhos e filhas, das catadoras de lixo. Nesse contexto, Elias (2006, p. 27) afirma que

[...] um ser humano singular pode possuir uma liberdade de ação que lhe permita desligar-se de determinada figuração e introduzir-se em outra, mas se é em que medida isto é possível depende de fato das peculiaridades em questão.

Ademais, de acordo com Elias (1994), a sociedade é composta por uma rede de interdependências na qual o social é concebido como um sistema de relações entre grupos e indivíduos interdependentes.

A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações (Elias, 2011, p. 240).

Na relação entre grupos de catadores(as) e indivíduos interdependentes, como o empresário representante da iniciativa privada, “seu” Ênio, um dos trabalhadores responsáveis pelo programa de

reciclagem da Associação, em uma de suas visitas à escola, algo que costuma fazer com bastante frequência, rememorou, enquanto conversávamos sobre a escola, as motivações do empresário para tal feito.

Naquele dia veio aqui no lixão um empresário, ele veio conhecer o espaço e viu as crianças, os(as) filhos(as), dos catadores, brincando por entre o lixo. Tinha umas crianças maiores que cuidavam de seus irmãos. Criança cuidando de criança. Daí surgiu a ideia de construir um espaço onde as crianças pudessem ficar enquanto os trabalhadores estavam no aterro, daí surgiu a ideia da escola (Diário de campo, 18 abr. 2022).

Fato é que, desde o encontro do representante da empresa com as trabalhadoras até a conclusão da escola, “um espaço de socialização e proteção dos(as) filhos(as)” (Nogueira; Romanelli; Zago, 2008, p. 22) das catadoras, não se passou muito tempo. Para ilustrar, descrevemos mais intensamente o recorte do relato de Luci e Ângela, interlocutoras neste processo de organização e composição da escola.

Enquanto conversamos, interpelamos as trabalhadoras sobre o processo de construção da escola. Naquele momento, foi importante saber o tempo de duração da obra para poder compreender o período que os trabalhadores tiveram que aguardar para usufruir do espaço. Luci, que sempre se dirigia a Ângela enquanto conversávamos, me conta: “Nossa, né? Esse senhor bonitão, charmoso, teve aqui, sabe? Teve aqui falou e logo em seguida já estavam fazendo as estacas ali, sabe? Foi bem rápido” (Diário de campo, 21 abr. 2022).

Cabe salientar que, nos dias atuais, o prédio já não segue mais com a arquitetura inicial, tendo em vista a readequação constante pela qual a escola passa, na tentativa de atender à demanda existente no aterro sanitário. O prédio da Escola Comunitária foi doado ao município por meio da Lei Municipal n. 2.388/2007 (Capão da Canoa, 2007) e foi construído em concordância e consonância com o projeto elaborado pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal, a partir de um esforço conjunto entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada, estabelecido por meio de convênio, para atender à população infantil, com idades entre zero mês e cinco anos e onze meses, filhos(as) ou não de membros da Associação de Catadores, na Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi.

Fotografia 1 – Parte externa da Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi



Fonte: Acervo dos autores (Diário de campo, 28 abr. 2023).

Assim, as redes de interdependências, formadas no território de luta pela garantia do acesso e da permanência na educação dos(as) seus(as) filhos(as) desenha os interesses e os significados produzidos por mães trabalhadoras inseridas em um território de desigualdade e exclusão como o lixão. Estes significados são também refletidos por Paixão (2005). De acordo com a autora, a interação com os(as) catadores(as) permite observar como estes(as) percebem a escolarização de seus(as) filhos(as). Para Paixão (2005, p. 142):

A escola inscreve-se no projeto de educação de todas as famílias, independentemente da classe social. Se a valorização da escola é universal, o seu significado varia nos diferentes grupos sociais, tendo como referência o futuro possível dos filhos, que está estreitamente relacionado ao que dispõem em termos econômicos e culturais. [...] O significado da escolarização varia em razão da origem social, mas também de acontecimentos vividos na trajetória de uma classe ou fração de classe, famílias e indivíduos.

Estes significados em relação à escolarização e à proteção de seus(as) filhos(as) são expressos nas demandas apresentadas pelas trabalhadoras na reunião de início do ano letivo, realizada pela coordenadora da escola em conjunto com as professoras:

Aline: O que a gente precisa mesmo é que as crianças fiquem aqui com a gente aqui pelo menos até a 2ª série, eles são muito pequenos para irem sozinhos na escola, e a gente não tem como sair daqui e levar (Diário de campo, 17 mar. 2022).

A escola do lixo e suas particularidades

Sendo assim, olhar “o lixo” e “as pessoas que vivem do lixo” (Diário de campo, 21 abr. 2022), para além do movimento de (re)existência, nos coloca sob a iminência de sentir, viver e também compreender histórias narradas por adultos no cotidiano de um campo, que constitui outro espaço comunitário, uma vez que as trabalhadoras catadoras e suas famílias residem em bairros e comunidades que estão localizadas aproximadamente 15 km em relação ao Aterro Sanitário Municipal e à Escola Comunitária de Educação Infantil. Desse modo, só é possível compreender, somente se houver em nós a capacidade de perceber.

Cabe salientar que, inicialmente, a Associação contava com uma professora que trabalhava como sócia. Com base nas memórias das trabalhadoras, esta professora desenvolvia suas atividades junto ao escritório da Associação: “ela trabalhava sentadinha aqui, coloquei ela como sócia, então nós colocamos ela e depois ela começou a ajudar na escolinha” (Diário de campo, 22 abr. 2022). Das estranhezas e dúvidas que pairavam, recorremos a novas interpelações a fim de compreender acerca deste transcurso de inserção da professora na Associação:

Luci: Sim, nós seguramos a professora aqui para nós, porque quando terminasse a escolinha, nós a encaixaríamos. Foi a primeira professora sócia. Acho que até tem isso registrado nos papéis, a ficha dela não tem mais. Quando eles terminaram a escolinha, ela foi pra lá (Diário de campo, 22 abr. 2022).

Contudo, ainda assim, a professora era remunerada pela Associação e as mães trabalhadoras custeavam para complementar a remuneração da professora. A mãe que tivesse mais de três filhos repassava à professora o valor de noventa reais. No caso da “dona” Luci, que tinha apenas o seu neto, era repassado o valor de quarenta reais à professora. Além do salário da professora, a instituição também arcava com as demais despesas ligadas à alimentação, ao mobiliário e aos recursos humanos, estes adquiridos por meio de doações. Singularmente, a escola foi constituída por uma demanda criada a partir do movimento das mães catadoras, conforme rememorado por Luci: “Isso era mais o cuidado, para as mães terem onde deixar os filhos” (Diário de campo, 22 abr. 2022).

Como é possível observar, por meio das doações e do tipo de atendimento prestado às crianças na Escola Comunitária de Educação Infantil, pautado no cuidado, a instituição ganhava, inicialmente, contornos de uma concepção assistencialista. Para Carvalho (2016), do ponto de vista histórico das Políticas Públicas para a Educação Infantil, o assistencialismo desconsiderava a especificidade educativa das crianças que frequentavam a Educação Infantil, colocando em evidência um deslocamento do direito social para a defesa da filantropia e do voluntariado como modo de alívio da pobreza. Segundo Faria (1997, p. 27):

[...] foram construídas algumas escolas por indústrias e entidades filantrópicas laicas e religiosas, para albergar filhos de operários enquanto as mães estivessem no trabalho. As escolas surgiram não para atender as necessidades das crianças, mas sim, para permitir a ida das mães para o trabalho. Nestas instituições infantis desenvolvia-se um trabalho de cunho assistencial-custodial, pois a preocupação era apenas com a alimentação, higiene e segurança física. Não se desenvolvia um trabalho educativo voltado para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças, pois não era considerado como um dever social e sim, favor ou caridade de certas pessoas ou grupo.

Não há clareza sobre como aconteceu a inserção da Secretaria de Educação na rede de relações de interdependências no processo de gestão da Escola Comunitária Educação Infantil, porém partimos do convênio firmado entre as partes, que estabelece as obrigações entre conveniente e conveniada.

Em síntese, evidenciam-se as responsabilidades pertinentes à Secretaria Municipal de Educação (SME), como forma de assegurar os dois pilares da escola de Educação Infantil – a educação e o cuidado –, de maneira indissociável. Esta colocava à disposição da escola: coordenador, professores e merendeiras em números suficientes ao funcionamento da instituição; fornecimento de merenda escolar e material de expediente utilizado na escola; atendimento quanto à equipe multiprofissional e garantia de formação continuada aos professores.

Os demais recursos para o funcionamento da escola eram provenientes de doações. Aqui, abrimos um parêntese para o tema, tendo em vista que estas ocorrem com frequência e, de modo geral, catadores(as) e crianças aguardam por elas, muitas vezes acompanhadas de visitas e alguns olhares curiosos para o território. Assim, Elias (2001; 2011) vai afirmar que as relações de interdependência têm muito a dizer sobre os motivos de um acontecimento.

Figura 1 – Logo da Escola Comunitária de Educação Infantil



Fonte: Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi (2022).

Como se pode aferir, e não por acaso, o logo da Escola Comunitária de Educação Infantil traz a representação de uma canguru que carrega em sua bolsa o seu filhote. Algumas espécies de canguru possuem uma dobra de pele, que é justamente a bolsa que recobre a região e protege os filhotes. O filhote permanece no local de quatro a onze meses, ou seja, durante o tempo necessário para atender às necessidades do canguru em crescimento. O canguru, símbolo carregado de significados produzidos pelas trabalhadoras nesse território de luta e das interdependências ao longo dos anos, desde a

fundação da Escola, reverbera algumas memórias, que foram expressas no logo: “Proteção, Ensino e Cidadania”⁷.

Diferentemente das escolas de Educação Infantil existentes no município, as turmas da escola comunitária específica funcionam em regime integral, nos horários compreendidos entre as 8h e as 17h. Da mesma forma, em virtude de sua estrutura física, as turmas são organizadas de forma multietária, a partir de critérios etários. Esta organização do atendimento e das turmas foi sendo construída ao longo dos anos de existência da Escola, de forma a atender às especificidades e demandas das mães trabalhadoras. Como mencionado anteriormente na seção introdutória e conforme expresso no documento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2018), as especificidades e as demandas já conquistadas pelas trabalhadoras do Aterro Sanitário Municipal configuram-se como uma luta atual do próprio movimento.

Lutas e movimentos de (re)existência

No caso da conquista alcançada pelas trabalhadoras do Aterro Sanitário Municipal, “diferente de uma teia de aranha, que é tecida por apenas um indivíduo, aquela exige a relação com o outro para ser tecida, ela é produzida, ao mesmo tempo, na e pela vida social e na atividade social do homem” (Faria, 2014, p. 51). Todavia, Geertz (1989) enfatiza a cultura e seu aspecto relacional, pois as teias de significados são tecidas no grupo, como demonstrado na rede de interdependência formada na configuração das trabalhadoras. Segundo Elias (2006, p. 26), não há um começo quando se trata de figurações:

Embora não possuam um começo absoluto, não tendo nenhuma outra substância a não ser seres humanos gerados por mães e pais, as sociedades humanas não são simplesmente um aglomerado cumulativo dessas pessoas. O convívio dos seres humanos em sociedades tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma forma absolutamente determinada. É isso que o conceito de figuração exprime.

Entretanto, para as trabalhadoras do Aterro Sanitário Municipal, nos parece que mesmo após a conquista do atendimento em tempo integral, esta luta não se encerra por aqui. No entanto, para acessar essas memórias, retomo a história de “dona” Luci para narrar o movimento diário realizado pelos(as) trabalhadores(as) do ASM, pela (re)existência da ECEI. Nesse sentido, revisitamos nossas memórias preservadas no diário de campo, da quinta-feira do dia 22 de setembro de 2022, quando, por volta das 14h30min, a coordenadora da ECEI recebeu a visita do Conselho Municipal de Educação (CME).

Naquele momento, todos nós, pesquisadores(as), trabalhadores(as) e profissionais da escola, fomos tomados por um sentimento de angústia e tensão, pois acompanhamos desde nossa entrada em campo, diariamente, junto às trabalhadoras do Aterro Sanitário Municipal, a resistência do órgão colegiado em compreender o funcionamento e a organização do espaço e as especificidades do território onde está localizada a escola. Elias (1994, p. 35) explica que, “nesta rede, muitos fios isolados são conectados entre si”. Por isso, não se pode entender a rede apenas olhando para um dos fios, ou mesmo

⁷ Os significados produzidos pelas trabalhadoras ao longo dos anos foram ressignificados, acompanhando suas conquistas. Inicialmente, as lutas estavam pautadas no cuidado, na educação e na cidadania. Nos dias de hoje, o logo traz novas marcas com destaque para a luta pela proteção e pela cidadania, intensificando as discussões sobre o reconhecimento das crianças como atores sociais de pleno direito (Carvalho; Machado, 2023).

para todos os fios juntos. “Somente a rede pode ser entendida em termos de conexão e relações mútuas. Essa conexão cria um sistema de tensão” (Elias, 1994, p. 40).

A visita durou menos de duas horas, porém acarretou preocupações por muitas horas anteriores à própria visita, uma vez que o contexto é constituído em um cenário de luta pelos direitos dessas mulheres e de seus(as) filhos(as). Vejamos algumas das pautas mencionadas pelo Colegiado:

[...] o espaço da escola não comporta a divisão das turmas que estão agrupadas [...] é necessário o cumprimento da legislação da Educação Infantil [referindo-se à Resolução n. 02/2021 do Conselho Municipal de Educação, que regulamenta o atendimento de 4 horas para a etapa da pré-escola e de 9 horas para a etapa creche. Ainda de acordo com o parecer vigente, as turmas da Escola Comunitária de Educação Infantil não poderiam estar organizadas no formato multietário];

As crianças que ocupam a mesma sala de idades diferentes necessitam ter professores de referência para atendimento a cada faixa etária [...].

Vamos solicitar à Secretaria [SME] a cópia do Termo de Convênio entre o município e a escola para verificar sobre a organização dos agrupamentos das turmas. Este termo tem que ser revisto, existe um parecer que regulamenta as escolas infantis do município (Diário de campo, 22 set. 2022).

Em relação ao atendimento multietário ofertado pela escola e que, de certo modo, nos causa estranheza, é possível aferir a inviabilidade de organizar as turmas em níveis etários conforme indicado na Resolução n. 2 do Conselho Municipal de Educação, de 2021⁸, pois a planta da escola conta com apenas duas salas de aula. A organização em agrupamentos multietários se dá justamente pela falta de uma estrutura ampliada. Destarte, o referido documento regulamenta a Educação Infantil no município, indicando a organização das Escolas Municipais de Educação Infantil e as Escolas Montessorianas, contudo, não faz menção à organização das Escolas Comunitárias, ou seja, existe uma resolução que “prevê” as especificidades destes territórios infantis e desconsideram as singularidades do território onde está inserida a Escola Comunitária de Educação Infantil.

A tensão foi intensificada a cada apontamento e reverberada no tensionamento realizado pela trabalhadora Aline após o Colegiado deixar as dependências da escola: “**Aline:** E, agora, professora? Elas não entendem que aqui no aterro tem que funcionar diferente! Onde nós vamos deixar nossos filhos?” (Diário de campo, 22 set. 2022). Diante da sucessão de perguntas e observações que foram realizadas pela trabalhadora, destacamos, singularmente, o apontamento realizado pelo Conselho Municipal de Educação, por meio do seu Colegiado: “As crianças na etapa pré-escolar devem optar apenas por um turno, elas não podem ficar o período integral na escola” (Diário de campo, 22 set. 2022).

Sobre a oferta da Educação Infantil em tempo integral, foi desenvolvido um estudo por Araújo, Auer e Taquini (2021) com 86 famílias de dez municípios do estado do Espírito Santo, cujos filhos encontravam-se matriculados em 20 instituições de Educação Infantil em tempo integral. Os autores discorreram sobre as percepções das famílias em relação à Educação Infantil em tempo integral, destacando a categoria “trabalho” como a motivação preponderante. Mais especificamente, as famílias indicam o trabalho rural, o trabalho dos responsáveis, sobretudo o trabalho da mãe, demonstrando que o tempo integral “continua a se constituir como um dispositivo da mãe trabalhadora e uma estratégia recriada para atender as demandas do mercado” (Araújo, 2017, p.196).

⁸ No momento da publicação deste artigo, a Resolução não se encontra disponível *on-line*.

Araújo, Auer e Taquini (2021, p. 12) indicam que, em determinados contextos, algumas famílias evidenciam que a garantia da oferta pela Educação Infantil em tempo integral está condicionada especialmente ao trabalho das mães, “além das situações de risco e vulnerabilidade social que também são levadas em conta”. A este aspecto, cabe acrescentar que, ainda que haja uma inescapável formulação⁹ do direito à Educação Infantil em tempo integral em torno do direito das mães trabalhadoras, como afirma Araújo (2017), este é um direito especialmente das crianças. Assim, Carvalho (2015, p. 38) acrescenta que Educação Infantil em tempo integral possibilita “criar oportunidades de formação em dimensões vivenciais, cognitivas, afetivas, emocionais, contribuindo, em amplitude, para a formação humana”.

No que tange às catadoras de lixo do Aterro Sanitário Municipal, incluídas de forma precária na sociedade, elas não apenas enfrentam lutas pela sua identidade de trabalhadoras, mas também confrontam suas demandas específicas, que vão além das demandas do mercado, estando relacionadas às necessidades socioeconômicas, de sobrevivência e de garantia de direitos fundamentais para seus(as) filhos(as). Para Gama (2012), nas sociedades capitalistas, além de as mulheres acessarem o mercado de trabalho como um modo de lhes assegurar bem-estar, elas também dependem de políticas sociais que garantam as necessidades básicas de suas famílias e que contribuam para compatibilizar o trabalho e a vida familiar – o que nos leva a reiterar que o tempo integral vem sendo requerido com vistas à ampliação da atividade profissional feminina.

As trabalhadoras e os profissionais da escola ficaram bastante abalados com os apontamentos realizados pelo colegiado, e pela forma de abordagem utilizada para conduzir a visita. Confessamos que nós também nos abalamos, mas, sobretudo, mais uma vez fomos tomados por estranhamentos que se somaram a outros que foram produzidos há 20 anos, depois do nosso contato com o Aterro Sanitário Municipal, sendo que tais apontamentos estão todos assegurados por meio das relações interdependentes entre a Associação e a Prefeitura, formalizados no Termo de Convênio n. 10/2008, entre as duas configurações. Ouvir sobre todas as situações e os questionamentos das trabalhadoras colocava em risco a existência e a organização de um espaço que foi muito sonhado por todas aquelas mães catadoras e pela própria comunidade de trabalhadores(as) do lixão e profissionais da escola.

Lucia: Como as famílias irão se organizar com as crianças? Elas não irão mais poder ficar o dia todo aqui?

Ângela: Quando o filho nosso ficar doente na escola lá em Capão, como vamos ir lá atender?

Luci: Bah, passamos tanto trabalho para organizar e agora vai perder tudo?

Aline: Elas não entendem que aqui a realidade é diferente? (Diário de campo, 22 set. 2022).

Esses questionamentos nos acompanharam durante todo o tempo que ainda nos sobrava no campo. Na verdade, eles são suscitados em nossas memórias no mínimo movimento ou acontecimento na escola. Como o ocorrido em 28 de abril de 2023, quando, tomados pelo sentimento “De mãos dadas com a sociedade, vamos superar este desafio” (Diário de campo, 29 abr. 2023), retornamos ao campo após receber a triste notícia, por volta das 17h30min, do dia 28 de abril de 2023, de que, naquele momento, os galpões do Aterro Sanitário estariam em chamas.

⁹ As formulações a que nos referimos estão diretamente ligadas à política pública de monitoramento do Plano Nacional de Educação (PME) (Brasil, 2014), por meio das Metas 1 e 6.

O combate ao incêndio perdurou dois dias e mobilizou o Corpo de Bombeiros Militares local, mais três corporações de municípios vizinhos, além do Poder Público Municipal, da iniciativa privada e da comunidade caponense. Durante a sexta-feira, enquanto me deslocava para o território do lixão, já da rodovia que dá acesso às praias podíamos ver a propagação da fumaça. Durante a permanência no campo e o acalento aos(as) trabalhadores(as), conseguimos sentir toda a dor daquele momento. Por meio dessas mobilizações foi possível apreender as configurações “Trabalhadores(as) do Aterro Sanitário”, “Poder Público e Privado” e as “Redes de interdependências”, principalmente as ligações de emoções e afetos que constituíram um sentimento de pertencimento a um determinado grupo, a exemplo do grupo de trabalhadores(as). Logo, este vínculo foi produzido na rede de relações de interdependência que marcaram os indivíduos na configuração dos(as) trabalhadores(as), delineando limites e possibilidades. Segundo Elias (2006, p. 25), “o conceito de figuração distingue-se de muitos outros conceitos teóricos da Sociologia por incluir expressamente os seres humanos em sua formação”. Na correria da rede formada para tentar conter as chamas que se propagavam, o tenente oficial de serviço do Corpo de Bombeiros Militar informou que:

[...] o fogo se reinicia, ele é extinguido, mas existe muita caloria que fica e ele dá re Reignição, por conta dos gases produzidos pela queima. Esses gases ficam embaixo daquele entulho, daquele entulho, daquele monte de lixo queimado, plástico, borracha, correm por baixo e o fogo reinicia. O ideal seria colocar um maquinário para revirar e retirar a caloria (Diário de campo, 28 abr. 2023).

Os focos de fogo persistiram durante a manhã de sábado e podia-se ainda ver a fumaça à distância, consumindo os dois galpões onde estavam armazenados os materiais recicláveis selecionados pelos(as) trabalhadores(as) da Associação. Os esforços, naquele momento, estavam concentrados em impedir que o fogo avançasse e se alastrasse até as células de lixo e a Escola Comunitária de Educação Infantil. As causas do incêndio ainda são desconhecidas, de acordo com as falas de alguns dos trabalhadores, e serão investigadas posteriormente.

Fotografia 2 – Incêndio no Aterro Sanitário Municipal



Fonte: Acervo dos autores (Diário de campo, 28 abr. 2023).

A relevância da comunidade em função do incêndio aumentou bastante. A notícia se espalhou e mobilizou a comunidade caponense e comunidades pertencentes a municípios vizinhos, bem como a atuação do Poder Público e Privado, na organização de campanhas para a arrecadação de alimentos, roupas e materiais para a reconstrução dos galpões e a compra dos maquinários queimados. Mobilização que ainda prosseguiu no decorrer dos dias.

Após a queimada de “[...] toneladas de materiais perdidos e equipamentos que viraram pó” (Diário de campo, 28 abr. 2023), os(as) trabalhadores(as) anunciavam: “A coleta seletiva não vai parar” (Diário de campo, 29 abr. 2023). Já no dia 30 de abril de 2023, os(as) trabalhadores(as), por meio das doações, iniciaram a reconstrução do maquinário. E voltando às origens, revisitando suas memórias, construíram novas bancadas para a triagem do lixo.

Como relatado anteriormente, o incêndio não atingiu a Escola Comunitária de Educação Infantil, no entanto, devido às investidas durante o tempo no campo para o fechamento da escola, restou o receio de que esta possibilidade pudesse de fato ser efetivada. No entanto, o espaço, neste período, assumiu o lugar de ponte, de construção de um vínculo e de relações interdependentes ainda mais fortes com os(as) trabalhadores(as) do Aterro Sanitário Municipal, enfatizando suas lutas diárias, assim como passou a ser linha de frente no monitoramento das necessidades das famílias, organizando ações, recebendo e entregando as doações que chegavam diariamente, ensinando a todos nós uma lição de cidadania. Todo o processo de reorganização da comunidade passou por dentro da escola, sendo este espaço fundamental para a própria sobrevivência da comunidade de catadores(as).

Considerações finais

Ao longo deste estudo, percebemos o protagonismo assumido pelas trabalhadoras catadoras de lixo, cujas lutas se concentram em proporcionar a efetivação dos direitos fundamentais deste grupo social e o acesso e a permanência à educação de qualidade que atendam à especificidade territorial na qual seus(as) filhos(as) vivem em decorrência de seus trabalhos.

Nesse território, marcado pela desigualdade e pela exclusão, fomos provocados à reflexividade para analisar as redes de interdependência entre as catadoras de lixo, o Poder Público Municipal e a iniciativa privada, no movimento de direito à educação e de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi, localizada em um território que ainda é produzido pelas marcas da desigualdade – o lixão.

Ao construir os movimentos das lutas das trabalhadoras, para a existência e a (re)existência da Escola Comunitária, as memórias revisitadas apontam que esse processo teve seu início a partir da demanda de mães que precisavam trabalhar no lixão, porém encontravam dificuldades em relação à proteção e aos cuidados de seus(as) filhos(as). Suas lutas reverberaram em relações, como a do empresário do ramo imobiliário, representante da iniciativa privada, que doou um espaço para o atendimento das crianças que circulavam pelo lixão ou que ainda se encontravam cuidando de seus irmãos menores nesse mesmo espaço. Nessa rede de relações interdependentes, uniu-se o Poder Público Municipal. A rede de interdependência formada pela configuração das trabalhadoras culminou no início, efetivo e formalizado, das atividades da Escola Comunitária no ano de 2008. De certo modo, essa iniciativa surgia como uma proposta de contemplação das especialidades do território e das necessidades das mães catadoras.

Nessa figuração, observamos que as relações estabelecidas foram pautadas em uma constante inter-relação e na coesão entre os grupos, refletindo o equilíbrio do poder – o que, de certo modo, auxiliou na dinâmica e na organização do território, já tão estigmatizado, desigual e excludente. Foi possível compreender, por meio da análise das memórias das trabalhadoras, que a Escola Comunitária de Educação Infantil, em todas as suas especificidades, para além de um espaço constituído para o cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade, é entendida, pelas trabalhadoras, como um espaço produzido pelas redes que são formadas e que, em certa medida, se unem para apoiar a luta das trabalhadoras e assegurar os direitos de seus(as) filhos(as): Proteção, Educação e Cidadania – e os seus direitos fundamentais como cidadãos e cidadãs.

Diante dos percalços e tensões enfrentados ao longo da história da Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi, destacamos as memórias produzidas por este grupo de trabalhadoras e de seus movimentos pela (re)existência e qualificação dos espaços e atendimento escolar. Essa trajetória contou com o auxílio de uma rede de voluntários da iniciativa privada e do Poder Público, que caminharam ao lado desses atores sociais, viabilizando o funcionamento e a (re)existência da escola: “**Giseli**: Cantinho da Esperança Pessi: Da necessidade à esperança, da esperança ao sonho, do sonho à realidade” (Diário de campo, 3 set. 2022).

Referências

- ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARAÚJO, V. C. Educação infantil em tempo integral: em busca de uma philia social. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 63, p. 191-203, jan./mar. 2017.
- ARAÚJO, V. C.; AUER, F.; TAQUINI, R. Política de educação infantil em tempo integral: notas sobre a percepção das famílias. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 15, n. 4, jan. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/77885/43090>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC/SEB, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação (PNE)*. O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- BRASIL. *Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008. Aprova as diretrizes e normas de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS [...]. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016*. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei n o 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei n o 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto n o 5.839, de 11 de julho de 2006. Brasília: CNS, 2016.

Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/reso510_07_04_2016.html. Acesso em: 27 jan. 2024.

CAPÃO DA CANOA. *Lei n. 2388, de 11 de maio de 2007*. Autoriza o município a receber prédio de alvenaria da empresa Pessi Empreendimentos Imobiliária Ltda. Capão da Canoa: Gabinete do Prefeito Municipal, 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/c/capao-da-canoa/lei-ordinaria/2007/238/2388/lei-ordinaria-n-2388-2007-autoriza-o-municipio-a-receber-predio-de-alvenaria-da-empresa-pessi-empresendimentos-imobiliaria-lda?r=p>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CARVALHO, L. D. Crianças e infâncias na educação (em tempo) integral. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 23-43, dez. 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v31n4/1982-6621-edur-31-4-00023.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CARVALHO, R. S. A emergência das instituições de educação infantil. *Revista História da Educação*, Pelotas, n. 20, p. 115-134, set. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29261>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CARVALHO, R. S. O investimento na formação do cidadão do futuro: a aliança entre economia e educação infantil como estratégia da governamentalidade contemporânea. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 229-253, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698144920>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CARVALHO, R. S.; MACHADO, S. Infância e cidadania no filme Cafarnaum: afinal, quem é a criança sujeito de direitos? *Revista Textura*, Porto Alegre, v. 25, n. 61, p. 181-201, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/254549>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. *Escritos e ensaios: estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2018.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

ESCOLA COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO DA ESPERANÇA PESSI. *Fotos*. Capão da Canoa, 2022. Facebook: Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=445423094303431&set=pb.100065072316105-2207520000&locale=he_IL. Acesso em: 27 jan. 2024.

FARIA, A. L. G. de. Impressões sobre as creches no norte da Itália: Bambini si diventa. In: ROSEMBERG, F.; CAMPOS, M. M. (org.). *Creches e pré-escolas no hemisfério norte*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 211-233.

FARIA, S. C. História e política da educação infantil. In: FAZOLO, E. et al. (org.). *Educação infantil em curso*. Rio de Janeiro: Ravel, 1997. p. 9- 37.

GAMA, A. S. Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre os direitos do trabalho. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, p. 149-168, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2012.5110>. Acesso em: 27 jan. 2024.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MNCR. Segunda Carta de Brasília. MNCR, Brasília, dez. 2017. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos/segunda-carta-de-brasil-ia>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PAIXÃO, L. P. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 141-170, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/425>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PEREIRA, J. A. T. *A escolarização dos filhos de catadores de materiais recicláveis de São João Del-Rei*. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares) – Departamento de Educação, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/porta12-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Juliana%20Aparecida%20Tavares%20Pereira.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PINHEIRO, P. T.; FRANCISCHETTO, G. P. P. O protagonismo político e social do movimento nacional de catadores de materiais recicláveis na efetivação de direitos fundamentais. *Revista Paradigma*, Ribeirão Preto, v. 30, n. 2, p. 246-272, 2021. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1524>. Acesso em: 27 jan. 2024.

VASCONCELOS, T. Ao ritmo de um cortador de relva: “entre o estar lá” e o “estou aqui”, o “estar com”. Dilemas e complexidades da etnografia em caminhos pós-modernos de multivocalidade. *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, n. 14, p. 37-58, 2000.

VELHO, G. Estranhando o familiar. In: NUNES, E. O. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 121-132.

WINKIN, Y. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papiurus, 1998.

RECEBIDO: 30/01/2024

RECEIVED: 30/01/2024

APROVADO: 15/03/2024

APPROVED: 15/03/2024